

POR UM QUADRO REGULATÓRIO CLARO E PREVISÍVEL

Face à explosão demográfica, à instabilidade das regiões mais ricas em recursos fósseis, e aos desafios das alterações climáticas, parece indiscutível que a energia do futuro assentará no recurso a um *mix* com predominância das renováveis. Esta visão é partilhada pelos grandes operadores do setor energético, que têm vindo a reforçar a sua aposta nas fontes de energia limpa e na eficiência energética. Em Portugal esta aposta é estratégica: não nos faltam recursos e meios na área das renováveis que podem ajudar a acabar com o nosso elevado grau de dependência externa. Neste sentido, a criação e manutenção de um enquadramento legislativo e regulatório claro e previsível que seja favorável à transição para uma economia de baixo carbono é fundamental. Para tal, deve haver um esforço continuado de articulação das políticas nacionais com as políticas europeias de forma a contribuir para a competitividade quer das empresas que beneficiem com essa transição, quer das que tenham dificuldades em adaptar-se a uma sociedade global cada vez menos dependente dos combustíveis fósseis.

Este esforço também deverá incluir a legislação dispersa do setor. Em suma, os decisores políticos e o legislador deverão encontrar um equilíbrio (certamente difícil) para assegurar que o ritmo de transição simultaneamente maximize o retorno financeiro para os investidores nos setores que tendem a ganhar com a promoção do crescimento verde e minimize os custos para as empresas que por ele sejam ameaçadas. O grande desafio será, pois, conseguir criar este espaço de competitividade energética sem recurso a políticas que conduzam / agravem a fatura energética futura, como tem acontecido com as

“Parece-nos que o mercado está agora suficientemente maduro para florescer com base em regras de mercado, sem subsídio pública direta, a qual neste momento se mostra aliás insustentável face aos graves problemas da nossa economia”

tarifas *feed-in*. Parece-nos que o mercado está agora suficientemente maduro para florescer com base em regras de mercado, sem subsídio pública direta, a qual neste momento se mostra aliás insustentável face aos graves problemas da nossa economia.

O Estado Português deve, pois, apostar na criação de condições apropriadas ao desenvolvimento do mercado energético, desburocratizando o setor, promo-



Filipa Monteiro
Consultora da Miranda & Associados



Mariana Gouveia de Oliveira
Associada, coordenadora da Miranda & Associados

vendo mercados, criando redes internacionais de transporte de energia que permitam o acesso a outros mercados e sobretudo, adotando um quadro regulatório e fiscal estável que favoreça o investimento. Consideramos igualmente que a política fiscal poderá aqui desempenhar um papel relevante, designadamente, através da criação de mecanismos fiscais de apoio à conversão das pequenas e médias empresas, para as quais *going*

green representa um grande esforço. É fundamental que a fiscalidade verde deixe de ser utilizada como um meio de angariação de receita adicional no presente e passe a ser vista como um instrumento sério de apoio ao mercado e às empresas, com a potencialidade de, no futuro, aumentar a competitividade da economia portuguesa e reduzir a nossa dependência energética do exterior.